

**Dados do Contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, inclusive as notas explicativas:**

Nome: Luzia Francisca dos Santos CRC-PE nº 013.156/O-9 E-mail: luzia1966@hotmail.com

Dados do Controlador Geral do Município:Nome: RONALDO HENRIQUE DA SILVA Portaria nº: 016/2025. E-mail: controladoria.itapissuma@gmail.comNome do Software de Contabilidade utilizado no Instituto de Previdência Própria:
SIORCONP.SYSTEMA INFORMÁTICA**2. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:****a. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (Parte V do MCASP e NBC T 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE:**

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE apresentando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recursos discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte (caixa e equivalente de caixa depósitos restituíveis e valores vinculados). O demonstrativo também evidencia em coluna específica os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores e a análise vertical ou horizontal. Por fim, demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

b. Bases de Mensuração Utilizadas:

A elaboração do balanço financeiro por se tratar de um fluxo de natureza financeira adota o regime de caixa definido no art. 35 da Lei nº 4.320/64, tanto para as receitas como para as despesas.

O balanço financeiro foi elaborado sobre o regime misto. Ou seja, de caixa para as receitas e competência para as despesas, conforme art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64, realizando ao final do exercício, a inscrição dos restos a pagar processados e não processados no lado dos ingressos extraorçamentários.

A moeda utilizada para os registros contábeis foi o real com valores históricos e constantes.

Para estruturação do balanço e consequente apuração do resultado financeiro foram utilizadas as classes de plano de contas 1 (Ativo) e 2 (Passivo) para os recebimentos e pagamentos extraorçamentários de depósitos restituíveis e valores vinculados, saldo em espécie do exercício anterior e saldo em espécie para o exercício seguinte. Foi utilizado a classe 3 (Variações Patrimoniais Diminutivas), para as transferências financeiras concedidas e classe 4 (Variações Patrimoniais Aumentativas), para as transferências financeiras recebidas.

A classe 5 (Orçamento Aprovado) serviu para o registro da inscrição de restos a pagar e classe 6 (Execução do Orçamento) para o devido registro das receitas orçamentárias e despesas orçamentárias, além dos pagamentos de restos a pagar.

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.

Foi incluído no saldo em espécie anterior e final a linha investimentos e aplicações temporárias do nível 1.1.4 por se tratar de investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, em conformidade com as Resoluções CMN nºs 3.992/2010 e 4.392/2014. Esta classificação está em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) 11ª Edição, tanto em relação a estrutura do plano de contas, como a estrutura das demonstrações contábeis no Anexo V, além de atender o IPC nº 00. Estes valores são idênticos a linha "Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo" no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial.

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades das entidades municipais consolidadas. No Balanço Financeiro é possível realizar a apuração do resultado de duas maneiras obedecendo as seguintes equações:

MODO 1

$$\text{Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (-) Saldo em Espécie do Exercício Anterior} = \text{Resultado Financeiro do Exercício.}$$

MODO 2

$$\text{Receita Orçamentária} + \text{TFR} + \text{Recebimentos Extraorçamentários (-) Despesa Orçamentária (-) TFC (-) Pagamentos Extraorçamentários} = \text{Resultado Financeiro do Exercício.}$$



c. Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa.

d. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Financeiro. A classificação de ativos, a constituição de provisões, o reconhecimento de variações patrimoniais e a transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outros órgãos e entidades serão apontados nas notas explicativas do balanço patrimonial.

3. INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir será apresentada de forma sistemática as referências cruzadas com o título “Nota” seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando interpretação dos usuários.

**Anexo 13 – Balanço Financeiro da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2025
(REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS)**

Nota 1. Ingressos Orçamentários:

Os valores dos ingressos orçamentários do exercício de 2025 decorrentes das receitas públicas vinculadas ao RPPS, totalizaram R\$ 8.111.557,27.

Nota 2. Transferências Financeiras Recebidas:

Houve Transferências Financeiras Recebidas no exercício a título de aportes para cobertura de insuficiência financeira, no montante de R\$ 11.294.165,38, sendo R\$ 10.998.642,01 repassados pela Prefeitura; e R\$ 295.523,37, repassados pela Câmara. Transferência maior em R\$ 1.957.287,67, em relação ao exercício de 2024.

Nota 3. Ingressos Extraorçamentários:

Os ingressos extraorçamentários totalizam R\$ 3.876.623,75; sendo R\$ 3.874.968,53, decorrentes de depósitos, consignações bancárias e valores restituíveis, R\$ 300,00 relativos à inscrição dos restos a pagar processados, e, R\$ 1.355,22, referentes à inscrição de restos a pagar não processados.

Nota 4. Saldo Bancário Anterior:

O valor disponível em bancos em 31/12/2024 foi de R\$ 267.135,94.

Nota 5. Despesa Orçamentária:

A despesa orçamentária empenhada vinculada ao RPPS no exercício foi de R\$ 19.714.712,21. Acréscimo de R\$ 2.013.992,17 em relação ao exercício de 2024, que foi de R\$ 17.700.720,04.

Nota 6. Transferências Financeiras Concedidas:

Não houve transferências financeiras concedidas no exercício de 2025.



Nota 7. Desembolsos Extraorçamentários:

Os desembolsos extraorçamentários totalizaram R\$ 3.461.791,79. Deste valor, os restos a pagar não processados somam R\$ 0,00; os processados R\$ 445,22, enquanto os depósitos, consignações e valores restituíveis somam R\$ 3.461.346,57.

Nota 8. Saldo Bancário para o Exercício Seguinte:

O valor disponível em bancos em 31/12/2025 foi de R\$ 372.978,34.

Nota 9. Resultado Financeiro do Período:

Ao compararmos as disponibilidades bancárias ao final do exercício de 2024 (R\$ 267.135,94) com o valor disponível ao final do exercício de 2025 (R\$ 372.978,34), nota-se uma variação positiva das disponibilidades financeiras na ordem de R\$ 105.842,40.

4. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

a. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Não se aplica a este demonstrativo.

b. Divulgações não financeiras:

Não se aplica a este demonstrativo.

c. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.

d. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não foram feitos ajustes significativos decorrentes da omissão e erros de registro para este exercício.

5. INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCEPE:

Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recursos discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária; e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte (caixa e equivalente de caixa e depósitos restituíveis e valores vinculados).

O demonstrativo também evidencia em coluna específica os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores e a análise vertical ou horizontal.

Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

Saldos significativos de Caixa e Equivalentes de Caixa NÃO Disponíveis:

Não existem saldos significativos de caixa e equivalentes de caixa mantidos, mas que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais ou controle cambial.

